

2015

Resumo executivo



Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe

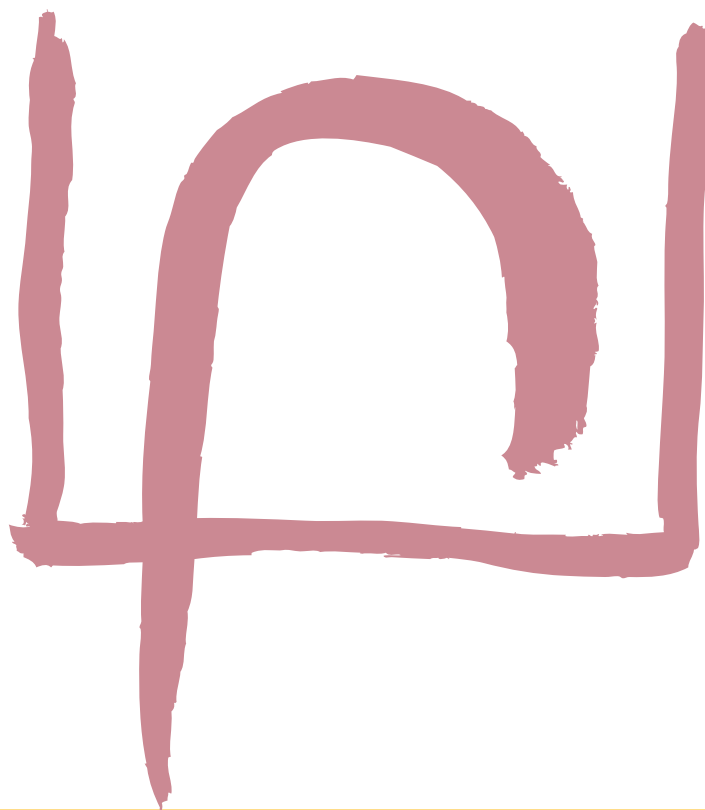


NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

2015

Resumo executivo



Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Alicia Bárcena
Secretária-Executiva

Antonio Prado
Secretário-Executivo Adjunto

Daniel Titelman
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico

Ricardo Pérez
Diretor da Divisão de Publicações e Serviços Web

O *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe* é um documento anual da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A elaboração desta edição 2015 foi chefiada por Daniel Titelman, Diretor da Divisão, enquanto a coordenação geral esteve a cargo de Jürgen Weller, Encarregado Superior de Assuntos Econômicos da mesma Divisão.

Para a realização deste documento, a Divisão de Desenvolvimento Econômico contou com a colaboração da Divisão de Estatísticas, das sedes sub-regionais da CEPAL no México e Port of Spain e dos escritórios nacionais da Comissão em Bogotá, Brasília, Buenos Aires, Montevideu e Washington, D.C.

Este documento informativo foi elaborado por Daniel Titelman com insumos dos seguintes especialistas: Cecilia Vera (tendências da economia mundial e setor externo), Claudia de Camino (setor externo), Ricardo Martner, Michael Hanni e Ivonne González (política fiscal), Ramón Pineda (atividade, preços e política monetária, cambial e macroprudencial), Rodrigo Cárcamo e Alejandra Acevedo (política monetária, cambial e macroprudencial), Claudio Aravena (atividade), Alda Díaz (preços) e Jürgen Weller (emprego e salários). Ramón Pineda, Claudio Aravena, Pablo Carvallo, Yusuke Tateno e Matías Rojas realizaram as projeções econômicas, com a colaboração das sedes sub-regionais e escritórios nacionais. Alejandra Acevedo, Alda Díaz e María Zambrano colaboraram na preparação da informação estatística e apresentação gráfica.

As notas sobre os países baseiam-se nos estudos realizados pelos seguintes especialistas: Olga Lucía Acosta, Juan Carlos Ramírez e Luis Javier Uribe (Colômbia), Dillon Alleyne (Jamaica), Anahí Amar e Daniel Vega (Argentina), Rodrigo Cárcamo (Peru), Cameron Daneshvar (Honduras e República Dominicana), Stefanie Garry (El Salvador e Guatemala), Randolph Gilbert (Haiti), Sonia Gontero (Paraguai), Michael Hanni (Estado Plurinacional da Bolívia), Michael Hendrickson (Bahamas e Belize), Cornelia Kaldewei (Equador), Álvaro Lalanne e Florencia Pietrafesa (Uruguai), Ricardo Martner (Chile), Sheldon McLean (Guiana e União Monetária do Caribe Oriental), Rodolfo Minzer (Panamá), Carlos Mussi (Brasil), Ramón Padilla (Costa Rica), Machel Pantin (Suriname e Trinidad e Tobago), Juan Carlos Rivas (México), Indira Romero (Cuba), Jesús Santamaría (El Salvador), Nyasha Skerrette (Barbados) e Francisco Villarreal (Nicarágua). Michael Hanni e José Luis Germán revisaram as notas dos países do Caribe.

As notas de países encontram-se no seguinte link: www.cepal.org.

A data limite de atualização da informação apresentada nesta publicação foi 30 de novembro de 2015.

Notas explicativas

Nos quadros desta publicação foram empregados os seguintes sinais:

- Três pontos (...) indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.
- Um traço (-) indica que a quantidade é nula ou desprezível.
- A vírgula (,) é usada para separar os decimais.
- A palavra "dólares" se refere a dólares dos Estados Unidos, salvo quando se indique o contrário.

Resumo executivo

A. Tendências da economia mundial

A economia mundial continua mostrando baixos ritmos de crescimento, tendência que persistiria no médio prazo. Em 2015, o crescimento da economia mundial foi de 2,4%, levemente inferior ao registrado em 2014, que foi de 2,6%. Prevê-se para 2016 uma leve aceleração do crescimento mundial, que alcançaria uma taxa próxima de 2,9%.

A dinâmica do crescimento durante 2015 esteve marcada por uma desaceleração das economias emergentes —cuja expansão passou de 4,3% em 2014 a 3,8% em 2015—, em particular a China, que pela primeira vez desde 1990 exibiu um crescimento inferior a 7% (em torno de 6,8%). Essa evolução contrasta com a dinâmica de crescimento da Índia, que vem mostrando uma persistente alta desde 2013 e que alcançou uma taxa de 7,2% em 2015. Por sua vez, a expansão nos países desenvolvidos, embora ainda apresente taxas muito inferiores às do mundo em desenvolvimento, aumentou de 1,7% em 2014 para 1,9% em 2015. Prevê-se que em 2016 as taxas de crescimento das economias emergentes aumentem, alcançando os níveis de 2014, que foram de 4,3%. Por sua vez, as taxas de crescimento dos países desenvolvidos aumentariam para 2,2%.

As projeções do crescimento mundial para 2016 são muito sensíveis à trajetória da expansão da economia chinesa, que tem apresentado uma significativa desaceleração. Num contexto de crescentes incertezas derivadas da volatilidade financeira da China, juntamente com a mudança de sua estratégia de crescimento, de uma baseada no investimento para uma baseada no consumo, estima-se que seu crescimento se desacelerará até uma taxa próxima de 6,4%. Se a desaceleração da China for maior, caberia esperar menores taxas de crescimento em 2016.

O comércio mundial, por sua vez, mostra taxas de crescimento ainda menores que as da economia global. Nos primeiros nove meses de 2015, o volume de comércio cresceu somente 1,5% em relação a igual período do ano anterior, percentagem que representa a taxa de crescimento mais baixa do período posterior à crise financeira internacional de 2008 e 2009. Prevê-se para 2016 um aumento moderado do crescimento no volume do comércio mundial, que alcançaria uma taxa próxima de 2,5%.

A trajetória dos preços das matérias-primas, um fator muito relevante para as economias da região, continuou em baixa em 2015, e para 2016 não se esperam mudanças significativas. Entre janeiro de 2011 e outubro de 2015, a queda dos preços dos metais e da energia (petróleo, gás e carvão) foi próxima de 50%, enquanto os preços dos alimentos diminuíram 30% no mesmo período. Durante 2015, o preço dos produtos energéticos é o que mostra a maior queda, de 24% até outubro, enquanto o preço dos metais diminuiu 21% e o dos produtos agrícolas 10%.

A evolução dos preços das matérias-primas reflete mudanças nas condições de oferta e de demanda (fortemente determinada pelo crescimento da China), bem como os efeitos da volatilidade e da especulação financeira sobre os preços desses bens, devido a seu crescente papel como ativos financeiros.

No âmbito dos mercados financeiros, observou-se em 2015 um aumento da volatilidade durante o primeiro semestre devido aos problemas na Grécia e durante o segundo semestre devido aos acontecimentos na China. Como consequência da maior volatilidade financeira, em conjunto com um aumento das taxas de juros nos Estados Unidos, prevê-se uma menor liquidez global e um gradual aumento do custo dos recursos financeiros nos mercados internacionais.

Durante 2015 as economias emergentes foram afetadas por uma menor disponibilidade de fluxos financeiros, dadas a incerteza e a volatilidade que prevaleceram, em maior ou menor medida, ao longo de todo o ano. O montante total anual dos fluxos dirigidos para as economias emergentes, acumulado até outubro de 2015, foi 65% inferior ao registrado em outubro de 2014.

Em 2016, não é de esperar um aumento dos fluxos de financiamento disponível para os mercados emergentes, devido à menor liquidez global que estará disponível após a normalização das condições monetárias nos Estados Unidos e à permanência de certa aversão ao risco devido à incerteza imperante em várias frentes.

B. O setor externo

Os preços dos produtos básicos que a região exporta continuaram diminuindo no segundo semestre de 2015, o que afetou significativamente os termos de troca. Para a região em seu conjunto, estima-se que os termos de troca se deterioraram 9% durante o ano. Para os países centro-americanos e caribenhos (excluindo Trinidad e Tobago), os termos de troca melhoraram 5% e 2% em 2015, respectivamente, enquanto na América do Sul caíram 13%. As maiores perdas ocorreram nos países exportadores de hidrocarbonetos (-27%). Prevê-se que em 2016 a variação dos termos de troca será novamente negativa para a América Latina em seu conjunto, mas a deterioração seria de muito menor magnitude que em 2015.

Apesar da deterioração da balança comercial, o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos diminuiu em termos nominais, ao passar de 175 para 169 bilhões de dólares. Contudo, esta melhoria nominal não se refletiu em termos do PIB, que medido em dólares caiu de maneira significativa. Por isso, o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos como percentagem do PIB aumentou levemente em 2015, alcançando 3,5%.

Entre os componentes da conta corrente destaca-se a balança de bens, que mostrou uma deterioração acentuada, já que seu déficit passou de 4 bilhões de dólares em 2014 para 38,2 bilhões de dólares em 2015. Trata-se do segundo ano consecutivo em que esta conta apresenta resultado deficitário, uma situação que não se observava desde 2001. Esta evolução negativa do saldo de bens em 2015 foi resultado de uma forte queda no valor das exportações da região (-14%), em conjunto com uma diminuição do valor das importações (-10%), cuja magnitude absoluta não compensou a redução das exportações. A diminuição do valor das exportações é explicada fundamentalmente pela queda de seus preços, que foi de 15% no caso da América Latina. Por sua vez, a diminuição do valor das importações foi resultado de uma queda de 7% nos preços, que correspondeu principalmente aos produtos energéticos, e uma diminuição de 3% nos volumes, devido ao moderado nível de atividade de várias economias da região.

Durante 2015, o fluxo líquido de recursos financeiros recebidos alcançou 2,8% do PIB e não foi suficiente para cobrir por completo o déficit em conta corrente, de modo que a região em seu conjunto utilizou reservas internacionais num montante equivalente a 0,7% do PIB para cobrir esse déficit.

O investimento estrangeiro direto em 2015 caiu 22% em relação a 2014 e alcançaria um total de 107 bilhões de dólares no final do ano. Os fluxos líquidos de capitais de carteira para a região —que correspondem principalmente a investimentos em títulos de dívida e ações— também diminuíram de forma significativa. Em 2014, os fluxos alcançaram pouco mais de 115 bilhões de dólares e em 2015 podem chegar a um total de 70 bilhões de dólares, o que representa uma queda de 40%.

As emissões de dívida da América Latina e do Caribe nos mercados internacionais mostraram uma queda muito acentuada em 2015, situação que se agravou na segunda metade do ano. No terceiro trimestre, as emissões de dívida somaram somente 10 bilhões de dólares, montante 63% inferior ao de igual período de 2014 e que representa o nível trimestral mais baixo desde junho de 2009, quando se estava em plena crise financeira internacional. Se considerarmos as emissões de dívida acumuladas em 12 meses por setores, as quedas interanuais que se observam em novembro são de 75% para os bancos, 48% para o setor privado, 46% para o setor quase soberano, 13% para o soberano e 7% para o supranacional.

A percepção do risco soberano da região, em média, cresceu levemente em 2015. Segundo o índice de títulos de mercados emergentes (EMBIG), o nível de risco soberano médio da região aumentou 53 pontos básicos entre janeiro e novembro de 2015, alcançando 561 pontos básicos.

C. A atividade econômica

Em 2015, o produto interno bruto (PIB) da América Latina e do Caribe sofreu contração de 0,4%, o que se traduziu em uma redução de 1,5% do PIB por habitante da região. Este resultado corresponde à taxa de expansão mais baixa registrada desde 2009. Como ocorreu em 2014, observam-se diferenças muito significativas na evolução da atividade econômica entre sub-regiões e também entre países. A contração da atividade econômica regional foi consequência do menor dinamismo exibido pelas economias da América do Sul, que passaram de uma expansão média de 0,6% em 2014 a uma queda de 1,6% em 2015. Este resultado sub-regional foi muito influenciado pelo crescimento negativo registrado no Brasil e na República Bolivariana da Venezuela.

Por sua vez, as economias da América Central mantiveram seu ritmo de expansão em 2015 e se espera um crescimento de 4,4% para o ano. Quando se inclui o México, a média de crescimento deste grupo de países chega a 2,9%. Nas economias do Caribe de língua inglesa e holandesa, observou-se uma leve aceleração do crescimento, que passou de 0,7% em 2014 para 1,0% em 2015.

Como aconteceu nos anos recentes, a demanda interna mostrou uma importante desaceleração, marcada pela queda do investimento e do consumo. Em termos regionais, em 2015 a demanda interna diminuiu 0,7%, com uma contração do consumo privado (-0,3%) e da formação bruta de capital fixo (-4,2%) e um baixo aumento do consumo público (0,7%).

Tal como ocorre com a atividade econômica em seu conjunto, em 2015 os diversos componentes da demanda agregada também mostraram uma dinâmica bem diferenciada entre sub-regiões. Assim, o consumo privado na América do Sul diminuiu 1,6% em relação a 2014, enquanto na América Central cresceu 4,6%. Situação similar ocorreu com o consumo público, cujo crescimento se estagnou em 0,1% na América do Sul e aumentou 4,4% na América Central. Por sua vez, a formação bruta de capital fixo diminuiu 7,2% na América do Sul e aumentou 7%, na América Central.

É importante assinalar que a contração da formação bruta de capital fixo teve início em 2014 e já se prolonga por cinco trimestres consecutivos. Isto se traduziu em uma redução de 1,5 ponto porcentual de sua participação no PIB, que em 2015 foi de 20%, em comparação com 21,5% em 2013, mesmo supondo uma leve recuperação nos dois últimos trimestres de 2015.

A falta de dinamismo da demanda interna refletiu-se em uma queda das importações reais de bens e serviços, que foi de -1,1%, como consequência da diminuição do consumo e do lento dinamismo do investimento na região em seu conjunto. Por sua vez, as exportações reais de bens e serviços aumentaram 2,5%. Dada a maior desaceleração das importações reais regionais em relação ao ano anterior, a contribuição das exportações líquidas ao crescimento foi levemente superior à de 2014.

Outro elemento distintivo da dinâmica da desaceleração regional é sua composição setorial. Embora todos os setores tenham se desacelerado, a construção, a manufatura e o setor de eletricidade, gás e água, em conjunto, apresentam uma contração de 1,8% em 2015, que se soma à queda de 0,3% registrada em 2014; já a atividade dos setores primário e de serviços aumentou 1,7% e 0,5%, respectivamente. Assim, em 2015 a indústria deu uma contribuição negativa ao crescimento do valor agregado, de -0,43 ponto porcentual, dos quais -0,34 ponto porcentual corresponde à indústria manufatureira. Por sua vez, o setor de serviços continua dando a principal contribuição ao crescimento do valor agregado, com 0,38 ponto porcentual, enquanto a contribuição do setor primário se mantém estável, com 0,12 ponto porcentual em 2015.

No âmbito sub-regional, observa-se que em 2015 a atividade dos setores de serviços e de construção, manufatura e eletricidade, gás e água cresceu 0,6% na América Central, enquanto na América do Sul se contraiu, registrando uma taxa negativa, de -0,3%. A indústria manufatureira mostrou o pior desempenho na América do Sul, com uma diminuição de 4,2% em relação a 2014, como resultado de taxas de crescimento negativas ou próximas de zero na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru e República Bolivariana da Venezuela.

D. O emprego

Durante 2015, a desaceleração econômica teve um impacto maior sobre a dinâmica do emprego que o observado em 2014. Em 2015, interrompeu-se a queda da taxa de participação e, como resultado da maior entrada de pessoas no mercado de trabalho, em um contexto de baixa demanda de mão de obra, houve um aumento do desemprego aberto e do subemprego por horas, junto com uma deterioração da qualidade do emprego. Uma proporção crescente do emprego surgiu em atividades de baixa produtividade, em particular no trabalho por conta própria, enquanto a criação de emprego assalariado foi fraca. Em consequência, a produtividade média do trabalho sofreu uma queda acentuada.

Assim como a dinâmica do crescimento, o desempenho do mercado de trabalho durante 2015 tem sido heterogêneo entre os países da região. Apesar de a média ponderada regional mostrar um aumento da taxa de desemprego, na maioria dos países as taxas de ocupação e de desemprego ainda não apresentam sinais de piora. Contudo, observa-se uma crescente tendência à deterioração das condições do mercado de trabalho ao longo do ano.

Neste contexto, estima-se para 2015 um aumento da taxa de desemprego, que alcançaria 6,6% e seria equivalente a um aumento estimado do número de desocupados urbanos de cerca de 1,5 milhão de pessoas, chegando a um total de 14,7 milhões. O emprego assalariado cresceu 0,4%, percentagem muito inferior à de 0,8% registrada em 2014. O trabalho não assalariado por conta própria aumentou 2,8% no primeiro semestre de 2015, traduzindo-se em uma deterioração da qualidade do emprego médio.

Quanto à dinâmica do salário real, em 2015 este mostra em média um leve aumento de 1,2% na região, menor que o observado em 2014, embora seu comportamento seja muito heterogêneo entre os países. A heterogeneidade do comportamento do salário real reflete principalmente as diferentes trajetórias da inflação nos países.

E. As políticas

1. A política fiscal

Durante 2015, ante o aumento das tensões fiscais —pela primeira vez desde 2009 todos os países da América Latina apresentam déficit fiscais—, a maioria dos países da região iniciou um processo de consolidação das finanças públicas. No âmbito dos governos centrais, o balanço fiscal alcançaria uma média de déficit primário de 1% do PIB, e o resultado global (incluído o pagamento dos juros da dívida pública) registraria um déficit de 3% do PIB.

A heterogeneidade do desempenho macroeconômico dos países e os diversos tipos de especialização produtiva se refletem em uma diversidade de situações fiscais. Os países exportadores de matérias-primas mostram uma significativa queda da receita fiscal, afetada por menores preços dos produtos básicos de exportação, que foi compensada por aumentos da receita tributária e por ajustes proporcionais nos níveis de gasto público em vários países.

No caso do Caribe e América Central, as finanças públicas se beneficiaram de um significativo duplo choque fiscal positivo, proveniente de um crescimento bastante vigoroso e redução na conta-petróleo.

Apesar das maiores pressões dos déficits públicos, a dívida pública da América Latina aumentou levemente, para uma média de 34,3% do PIB em 2015, nível que continua sendo comparativamente baixo. A tendência altista é forte no Brasil, país em que o peso da dívida pública aumentou 7 pontos percentuais do PIB durante o ano, o que, no atual contexto recessivo, pode ser atribuído ao agravamento do déficit fiscal e às altas taxas de juros pagas pelos títulos públicos. Nos países do Caribe, a dívida teve uma trajetória ascendente no último quinquênio, alcançando um valor médio próximo de 80% do PIB, sendo a Jamaica o país que apresenta a maior dívida pública, equivalente a 131% do PIB.

Como reflexo da consolidação fiscal, os gastos públicos agregados caíram em termos do PIB, especialmente os gastos de capital, nos quais se observa uma redução média de 0,4 ponto percentual do PIB, que contrasta com os aumentos significativos que ocorreram em 2014. Por outro lado, embora as médias não sejam tão afetadas, houve um aumento substancial no serviço da dívida pública em vários países. No Brasil, quase a totalidade do aumento

do gasto público em 2015 equivale à elevação do pagamento de juros (2,7 pontos percentuais do PIB). Em vários outros países (como Costa Rica e República Dominicana), esse gasto ultrapassa 15% de participação.

Também se observa uma moderação da média de crescimento do gasto corrente primário, depois de vários anos de contínuo aumento como porcentagem do PIB. Houve uma forte queda nos países exportadores de hidrocarbonetos (-1,1 ponto do PIB), que contrasta com um aumento relevante nos países exportadores de alimentos. No Caribe, destaca-se um aumento de 0,6 ponto do PIB do gasto corrente primário, sobretudo nas Bahamas, Barbados, Guiana e Trinidad e Tobago.

Por sua vez, a receita fiscal registrou, em média, uma leve deterioração em 2015, principalmente como resultado da queda da receita proveniente de recursos naturais não renováveis. A queda no preço internacional desses produtos afetou negativamente as contas públicas dos países exportadores. Contudo, a queda dessa receita foi compensada em parte em vários países por aumentos da receita tributária. Em média, a América Latina conseguiu aumentar sua pressão tributária em 0,2 ponto percentual do PIB em 2015.

No caso da América Central destaca-se a estabilidade relativa da receita fiscal, enquanto nos países do Caribe essa receita aumentou levemente.

2. As políticas cambial e monetária e os preços

A inflação nos países da região alcançou um nível semelhante ao observado em 2014, mostrando padrões bem diferenciados entre as economias do Norte e do Sul, assim como acentuadas diferenças entre o primeiro e o segundo semestre do ano. Durante os primeiros dez meses de 2015, a inflação na América Latina e no Caribe acumulou uma variação de 6,6% e foi ligeiramente superior à registrada no mesmo período de 2014 (6,5%) e no encerramento desse ano (6,3%). Nos primeiros cinco meses de 2015 a inflação regional foi de 6,0%, de modo que mostrou uma desaceleração em relação ao nível observado no final de 2014 (6,3%). No segundo semestre, esta situação se reverteu e o crescimento dos preços se acelerou, recolhendo os efeitos das fortes desvalorizações de algumas moedas da região.

Nos casos da América Central e México e do Caribe de língua inglesa e holandesa, a tendência à desaceleração que a inflação vinha mostrando desde 2013 se acentuou em 2015; como resultado, a inflação da sub-região formada pelas economias da América Central e México (acumulada em 12 meses até outubro) passou de 4,3% em 2014 para 2,7% em 2015. Nas economias da América do Sul, a inflação continuou acelerando-se, de modo que a taxa (acumulada em 12 meses até outubro) passou de 7,6% em 2014 para 8,5% em 2015.

As mudanças ocorridas no contexto internacional, como a queda dos preços dos bens primários e o aumento da volatilidade nos mercados financeiros internacionais, junto com a dinâmica dos preços internos, afetaram o espaço de política com que contam os bancos centrais e, portanto, suas ações. Nas economias da América do Sul que seguem esquemas de metas de inflação, os bancos centrais aumentaram a taxa de referência da política monetária durante 2015, em especial no segundo semestre. No México, a trajetória descendente da inflação permitiu que as autoridades mantivessem inalterada a taxa de referência da política monetária.

No que se refere aos bancos centrais da região que empregam agregados monetários como principal instrumento de política, parece que a prioridade continua sendo estimular a demanda agregada interna, dado que a base monetária cresceu a taxas superiores às observadas em 2014. Contudo, nem todos os países conseguiram evitar uma desaceleração da oferta monetária, o que não condiz com os esforços para expandir a base monetária.

Em geral, as taxas de juros ativas médias se mantiveram bastante estáveis, apesar das mudanças registradas nos instrumentos de política. Por sua vez, o crédito concedido ao setor privado mostra uma desaceleração nas economias da América Central e nas que seguem um esquema de metas de inflação. Nas economias do Caribe de língua inglesa e holandesa, observa-se uma pequena contração do crédito no terceiro trimestre de 2015. Por sua vez, nas economias da América do Sul que usam agregados monetários como instrumento (que constituem a exceção) acelerou-se o ritmo de crescimento do crédito durante 2015. Cabe destacar a significativa desaceleração do crédito destinado aos setores industriais, enquanto o crédito dirigido ao consumo tende a mostrar as maiores taxas de crescimento.

As condições prevaletentes nos mercados financeiros se traduziram em desvalorização das moedas dos países da região que têm taxas de câmbio flexíveis. Assim, o real se desvalorizou 41% em relação ao dólar nos primeiros 11 meses de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014, enquanto o peso colombiano teve uma desvalorização de

36,9%, o peso mexicano 19,4%, o peso chileno 14,6% e o novo sol peruano 12%. Em muitos países a magnitude das desvalorizações nominais redundou em depreciação da taxa de câmbio real.

Nos primeiros dez meses de 2015, as reservas internacionais da América Latina e do Caribe registraram uma contração de 3,8%, a maior desde o início do superciclo dos bens primários em 2003. As reservas se reduziram em 22 economias da região, e em 13 dos casos as diminuições foram superiores a 5%. As economias que registraram as maiores perdas de reservas foram Argentina (-14,2%), Equador (-16,2%), Haiti (-25,1%), Suriname (-36,3%) e República Bolivariana da Venezuela (-31,8%). Ao mesmo tempo, as reservas aumentaram em dez economias da região, sendo os aumentos mais significativos os observados na Costa Rica (9,7%), Jamaica (17,1%) e Santa Lúcia (31,3%). As cinco economias que mantêm os níveis de reservas mais elevados da região registraram perdas, entre as quais se destacam as do Chile (-4,6%) e México (-7,0%).

F. Perspectivas e desafios para 2016

Em 2016, a região enfrentará diversos cenários e riscos da economia mundial, que sem dúvida condicionarão o desenvolvimento da atividade econômica. Conforme mencionado, as projeções do crescimento mundial para os próximos anos mostram baixas taxas de expansão, apoiadas pela lenta, mas sustentada, recuperação das economias desenvolvidas. Contudo, ainda persistem sérios riscos que poderiam colocar em dúvida esta trajetória. Além das dificuldades na zona do euro, cabe destacar as crescentes incertezas nas projeções sobre o desempenho futuro da China e, em geral, das economias emergentes. No caso da China, os cenários mais prováveis indicam a continuação da desaceleração da economia e nas visões otimistas se prevê um crescimento próximo de 6,4% em 2016. A dinâmica das economias emergentes obscurece o panorama sobre o desempenho futuro da demanda agregada externa que os países da América Latina e do Caribe enfrentarão. Às incertezas sobre a expansão da economia mundial deve-se somar o baixo crescimento do comércio mundial, que em 2015 foi de 1,5%, a taxa mais baixa registrada depois da crise financeira internacional do período 2008-2009. Prevê-se que em 2016 o volume do comércio mundial crescerá a taxas próximas de 2,5%, ainda abaixo do crescimento mundial.

As repercussões do lento crescimento da demanda agregada mundial, bem como os condicionantes do lado da oferta, sugerem que não cabe esperar uma recuperação dos preços das matérias-primas; de modo que é previsível que estes se mantenham em torno dos valores registrados no final de 2015. Neste contexto, espera-se que em 2016 a variação dos termos de troca seja novamente negativa para a América Latina e o Caribe em seu conjunto, mas a deterioração seria de menor magnitude que em 2015.

No âmbito dos mercados financeiros, prevê-se que durante 2016 se tornem mais complexas as condições observadas em 2015, período em que as economias emergentes foram afetadas por uma menor disponibilidade de fluxos financeiros, devido à incerteza e volatilidade que prevaleceram, em maior ou menor medida, durante todo o ano, junto com uma menor liquidez global e um gradual aumento do custo dos recursos financeiros nos mercados internacionais. Neste contexto, não cabe esperar um aumento dos fluxos de financiamento disponíveis para os mercados emergentes, que em 2015 caíram em relação a 2014. As turbulências dos mercados financeiros internacionais estão relacionadas com os efeitos da eventual normalização da política monetária dos Estados Unidos e a tendência ao fortalecimento do dólar.

Conforme observado em anos anteriores, a evolução da economia mundial continua tendo efeitos muito diferenciados nos países e sub-regiões da América Latina e do Caribe, o que contribui para acentuar as diferenças sub-regionais em função da orientação produtiva e comercial das economias. Num contexto externo complexo e sujeito a diversos riscos, prevê-se que em 2016 a economia da região —ao contrário do que ocorreu em 2015, quando mostrou uma contração de 0,4%— apresente um leve crescimento positivo, de 0,2%. Estima-se que em 2016 a América Central, inclusive o Caribe de língua espanhola e o Haiti, crescerá em torno de 4,3%. Se incluirmos o México, cujo crescimento esperado é de 2,6%, a média chega a 3,0%. Para a América do Sul, prevê-se em 2016 um crescimento negativo, de -0,8%, explicado fundamentalmente pelas contrações no Brasil (-2,0%) e na República Bolivariana da Venezuela (-7,0%), enquanto a economia do Caribe de língua inglesa crescerá a uma taxa de 1,6%.

Em 2015, a demanda interna mostrou uma significativa desaceleração, em especial o consumo privado e o investimento, situação que provavelmente se manterá durante 2016, acarretando importantes riscos para a capacidade de crescer no futuro.

Dinamizar o crescimento econômico da região representa amplos desafios para os países. Além de reverter o ciclo contrativo do investimento, que se vem produzindo desde 2014, os países devem ser capazes de aumentar sua produtividade, que também está fortemente defasada em comparação com a de outras regiões e países desenvolvidos. A capacidade de melhoria da produtividade foi prejudicada não só pela queda do investimento, mas também pelo enfraquecimento dos setores industriais e manufatureiros da região durante os últimos anos. Este enfraquecimento esteve acompanhado por uma crescente deterioração dos mercados de trabalho, nos quais se observa um gradual aumento da ocupação em setores informais e de baixa produtividade. Num contexto de baixo crescimento, a região deve também defender os avanços sociais obtidos nos últimos anos.

Num contexto de menor receita fiscal, que tem redundado em um processo de consolidação das contas públicas, se torna ainda mais indispensável avançar em regras fiscais que priorizem os gastos de capital. Conforme já indicado pela CEPAL, o desenho de esquemas anticíclicos eficientes de proteção do investimento é sumamente importante para enfrentar a volatilidade macroeconômica da região. Para minimizar os custos do ajuste e impulsionar as expectativas de crescimento potencial e de estabilidade futura, os esquemas que complementam as políticas anticíclicas com a proteção (e o estímulo) dos investimentos na fase baixa do ciclo podem ser muito mais efetivos que as regras fiscais baseadas somente em metas de gasto ou déficit.

2015



Balance Preliminar de las Economías
de América Latina y el Caribe

